I.

Jean-Claude Juncker faz apelo à abolição das fronteiras internas no espaço Schengen. A migração foi um dos temas que marcou o discurso sobre o Estado da União do Presidente da Comissão Europeia, que hoje analisamos aqui ao detalhe.

A Hungria admite levar a União Europeia a tribunal. Isto depois do Parlamento Europeu ter votado a favor de um inédito processo disciplinar a Budapeste por violação das normas do Estado de Direito.

Também no programa de hoje: a aprovação de uma proposta de reforma sobre direitos de autor no mercado único digital.

II.

Bem-vindos ao Magazine Europa.

O presidente da Comissão Europeia assumiu-se contra as fronteiras internas erguidas dentro do espaço Schengen, em resposta à crise das migrações.

Diante do Parlamento Europeu, em Estrasburgo, Jean-Claude Juncker disse que as fronteiras que foram restabelecidas, devem ser suprimidas. A manutenção destas significa um retrocesso inaceitável, referiu Juncker.

Dia 12 de Setembro, no último discurso do Estado da União enquanto presidente da Comissão, o líder realçou os progressos registados em matéria de migrações nos últimos anos. Reconheceu, no entanto, que "os estados-membros nem sempre encontraram o equilíbrio certo entre a responsabilidade que cada país deve assumir e a indispensável solidariedade mútua".

Além de uma Europa mais solidária, neste discurso Jean-Claude Juncker também pediu o fim aos vetos nas votações sobre política externa.

Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia

Temos que melhorar a nossa capacidade de falar a uma só voz no que se refere à política externa. Não faz sentido que a União fique em silêncio no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, quando se trata de condenar os abusos de direitos humanos na China, porque os estados-membros não conseguiram chegar a um acordo. Por isso, vamos propor que se avance para aprovações por maioria qualificada em certas áreas da nossa política externa.

O presidente do executivo comunitário anunciou ainda a proposta de constituição de um corpo permanente para a guarda costeira europeia de dez mil agentes até 2020.

Na ocasião, tempo ainda reservado para a saída do Reino Unido do bloco dos 28. Jean-Claude Juncker lamentou a decisão. Decisão que diz que é respeitada pela União Europeia. Realçou ainda que o governo de Theresa May tem de entender que quem deixa o bloco não tem os mesmos direitos dos países que fazem parte dele.

+++

Victor Ângelo, nosso comentador residente, baseado em Bruxelas, está connosco ao telefone para a habitual análise à actualidade europeia.

Que pontuação é que dá a este último discurso de Jean-Claude Juncker sobre o Estado da União?

Eu creio que o discurso foi positivo e a verdade é que ele foi bem recebido pelos membros do parlamento europeu. Jean-Claude Juncker procurou ser conciliador e procurou fazer um discurso que estivesse mais ou menos no centro das preocupações dos deputados europeus e eu penso que ele terá conseguido isso. O meu grande problema é que o discurso ao nível da opinião pública europeia não foi falado, não foi discutido, não foi mencionado com a importância que deveria ter tido nos meios de comunicação social da Europa e, por isso, ele terá atingido o objectivo de falar aos deputados, mas não conseguiu atingir o objectivo de falar às populações europeias e isso é fundamental num momento em que o apoio do cidadão europeu ao projecto é essencial para a continuação da construção europeia.

Neste discurso, Jean-Claude Juncker disse que houve progressos registados em matéria de migração durante a sua presidência. Concorda?

Eu creio que não. De facto, se há uma área onde não há progressos notáveis é a área das migrações. Eu penso que a ideia de propor uma polícia fronteiriça ... foi necessário que ele falasse sobre isso para mostrar que, apesar de tudo e apesar da falta de progresso na área das migrações, há a intenção de criar uma força que possa, em certa medida, responder às preocupações daqueles que consideram as migrações como o grande problema da Europa neste momento. No entanto, esta força, na realidade, é uma força que não terá como função fundamentalmente proteger as fronteiras, mas sim, e isso não foi dito - mas eu sei que essa é a intenção - os dez mil novos elementos da Frontex terão como missão fundamental proceder à expulsão de todos os emigrantes clandestinos que neste momento vivem na Europa.

Há dois pontos aqui defendidos pelo presidente da Comissão Europeia, gostava que comentasse. Primeiro, Jean-Claude Juncker disse que África precisa de uma parceria e não de caridade.

África continua a ser uma grande preocupação para a Europa e certamente uma preocupação muito importante ao nível de Bruxelas. Não foi dito, mas a preocupação em relação à África tem a ver com o facto de uma grande maioria das pessoas que chegam neste momento à Europa como imigrantes vêm de África e também tem a ver com o facto de que a população africana é uma população extremamente jovem, sem emprego, por isso disposta a todo o tipo de aventuras, no sentido de procurar encontrar uma vida melhor noutras partes do mundo. A proposta de Jean-Claude Juncker é uma proposta extremamente vaga. Quando eu comparo aguilo que Jean-Claude Juncker disse no Parlamento Europeu com a proposta feita pelo presidente Xi (Jinping) durante a cimeira em Beijing com os chefes de Estado africanos, nós estamos a comparar o dia e a noite. O presidente Xi fez uma proposta extremamente bem elaborada de colaboração da China com África que toca várias dimensões, desde as infra-estruturas, ao comércio e às questões da saúde e da educação. Enquanto que a proposta vinda de Jean-Claude Junker continua a ser uma proposta extremamente vaga e a idealizar uma África que não existe, ou seja, uma África que teria condições económicas e desenvolvimento para ser um parceiro em pé de igualdade com a Europa.

Jean-Claude Juncker defendeu ainda, e este é o segundo ponto, o euro fortalecido para competir com o dólar.

Sim, a ideia do euro como moeda internacional é uma ideia interessante, é uma ideia que deveria continuar a ser explorada. No entanto, é preciso também ter em conta que por detrás desta ideia há duas preocupações: por um lado, uma grande preocupação com o futuro das relações económicas entre a Europa e os Estados Unidos e com a política extremamente errática do presidente norteamericano em relação ao comércio internacional; e a segunda grande preocupação que há é em mostrar que o euro é a moeda da União Europeia. Mas na realidade o euro não é a moeda da União Europeia, o euro é tendencialmente a moeda comum, mas há muitos países ainda na União Europeia que não utilizam o euro como moeda única e mais ainda, há vários países na União Europeia - estou a pensar, por exemplo, na Dinamarca e na Suécia - que disseram claramente que em princípio não irão aderir ao euro. Por isso, ao falar do Euro como moeda internacional, estamos a falar de um projecto interessante, mas um projecto que, em certa medida, divide a Europa entre os países que são membros da moeda única, do euro, e os países europeus que estão fora da moeda única.

Que outros pontos ou temas abordados destacaria aqui neste discurso?

Jean-Claude Juncker falou sobre a China, e nomeadamente sobre a presença da China no Mar do Sul da China, e criticou a falta de unidade europeia em relação a essa questão. E também falou da China em termos de direitos humanos e nomeadamente da questão dos uigures na região da China onde essa população é dominante.

III.

E esta sessão plenária, onde Jean-Claude Juncker discursou ficou ainda marcada pela aprovação de uma moção que pede ao Conselho da União Europeia para iniciar um procedimento disciplinar contra a Hungria por violação grave dos valores fundamentais da União Europeia.

Esta é a primeira vez na história do projecto europeu que o Parlamento elabora e aprova um relatório sobre a activação do artigo 7.º do Tratado da União Europeia. Artigo que prevê, como sanção máxima, a suspensão dos direitos de voto do estadomembro em causa no Conselho.

O relatório da comissão parlamentar das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu, recebeu 448 votos a favor, 197 contra e 48 abstenções.

Esse documento considera existir um risco manifesto de violação grave, pela Hungria, dos valores europeus.

A proposta de decisão vai ser agora enviada ao Conselho da União Europeia.

O primeiro-ministro húngaro, em reacção, defendeu que um país não pode ser excluído do bloco comunitário por não defender os mesmos pontos de vista. Viktor Orbán diz que não se conforma.

Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria

A Hungria não cederá a esta chantagem. A Hungria protegerá as suas fronteiras, travará a migração ilegal e defenderá os seus direitos. Se for preciso, contra os senhores.

Entretanto, o governo de Budapeste já admitiu levar a União Europeia a tribunal.

Victor, o que dizer desta votação?

Esta foi uma decisão muito importante. Viktor Orbán procurou pôr o acento tónico das suas intervenções na questão das migrações, mas na realidade o Parlamento Europeu foi mais abrangente e não falou apenas da questão das migrações, falou também de outros problemas e de outros ataques às liberdades dos cidadãos húngaros, que têm sido apanágio da política interna de Orbán, ou seja, ele tem atacado as ONGs, tem atacado a liberdade académica,

tem tomado uma série de medidas que limitam a liberdade de imprensa e que levaram ao fecho de vários jornais e a verdade é que o Parlamento Europeu, incluindo, por isso, a família do Partido Popular Europeu a que pertence o partido Fidesz de Viktor Orbán votou em grande maioria contra a maneira como Orbán faz política e nomeadamente política interna.

E o que poderá suceder daqui para a frente? Espera-se que a Hungria venha mesmo a perder temporariamente o direito de voto ou os chefes de Estado vão acabar por não viabilizar esse caminho? Vai ser difícil fazer com que a Hungria perca o direito de voto, até porque provavelmente vai contar com o veto da Polónia e a Polónia está num processo semelhante ao da Hungria. De qualquer maneira, o facto do parlamento europeu ter esmagadoramente com mais de 2/3 dos votos dos membros do Parlamento Europeu votado contra a política interna de Orbán, isso já é uma grande vitória e, em certa medida, uma derrota muito importante para gente como Viktor Orbán, que quer reduzir a discussão sobre a Europa à questão das migrações, quando na realidade o projecto europeu tem muito a ver com outras coisas, e nomeadamente com um conjunto de valores que fazem da Europa uma área geopolítica relativamente única. É importante que isto tenha acontecido. Isto também vai provocar uma crise política muito grande no interior da família política europeia do Partido Popular Europeu, numa altura em que nos aproximamos das eleições europeias de Maio de 2019. Esta crise política no centro-direita europeu vai tentar ser aproveitada pelo presidente Macron e por todos aqueles que estão a procurar criar uma nova dinâmica ao nível do Parlamento Europeu e procurar criar um novo tipo de centro dentro do Parlamento Europeu.

Uma pergunta técnica. Budapeste que considera a votação do Parlamento uma "pequena vingança" dos "pró-imigração", disse também que esta votação foi uma fraude "porque não se consideraram as abstenções, ao contrário da forma como são votados os tratados da União Europeia". Houve alguma diferença aqui na forma como este processo foi gerido?

Não, nunca nestes casos as abstenções são tidas em conta. Os membros do parlamento são chamados a votar. Há os que votam a favor e há os que votam contra e os que se abstêm. Os que se abstêm são postos de parte em termos da contagem dos votos. E em relação àqueles que efectivamente votaram - porque o tratado diz que se trata de dois terços do parlamento que votaram efectivamente - os que votaram efectivamente é que são contados e neste caso é óbvio, é evidente que Viktor Orbán e o seu partido perderam por 2/3 no Parlamento Europeu e foram fortemente criticados nesse mesmo parlamento.

IV.

Aqui uma análise à aprovação de uma moção que pede ao Conselho da União Europeia para iniciar um procedimento disciplinar contra a Hungria.

E nesse mesmo dia, o Parlamento Europeu deu luz verde à proposta de reforma sobre direitos de autor no mercado único digital.

Uma proposta que gerou forte polémica, como nos conta a jornalista Marta Melo.

Os eurodeputados aprovaram a nova versão, com mais de 200 emendas, do documento que quer actualizar os direitos de autor no contexto da Internet e uniformizá-los no espaço europeu.

A proposta recebeu 438 votos a favor, 226 contra e 39 abstenções. Muitas das alterações têm como objectivo garantir que artistas, bem como jornalistas, sejam remunerados pelo trabalho que fazem quando este é utilizado por plataformas de partilha, como o youtube e o facebook, ou agregadores de notícias, como é o caso do Google Notícias.

O Parlamento Europeu incluiu ainda disposições para garantir que as regras sejam respeitadas sem limitar injustificadamente a liberdade de expressão que define a Internet.

A partilha de "meras hiperligações" para artigos, acompanhadas de "palavras isoladas" para descrevê-los, não será abrangida pelas restrições relativas aos direitos de autor, decidiram os eurodeputados.

A nova proposta divide opiniões: Do lado a favor estão aqueles que defendem que se está a regular o sector e a avançar com um uma política responsável num ambiente de permanente atropelo pelos direitos autorais.

Por outro lado, há quem considere que pode abrir a porta ao fim da Internet como ela existiu até hoje e que está aqui em causa um possível crescimento da censura, com a imposição de filtros aos conteúdos que podem ser disponibilizados online.

Victor, esta reforma já vem de 2016 e só agora aprovada tem gerado resistência. Será fácil conseguir agora um consenso entre os diferentes Estados para que se possa estabelecer-se um chão comum nesta matéria?

Esta matéria é uma matéria muito difícil de tratar, é muito complexa. Nós estamos a tratar de questões do século XXI e muitas vezes com ideias do século XX. Ou seja, nós estamos a tratar da economia digital e estamos a ver como tratar das plataformas sociais, como, por exemplo, o youtube ou o facebook, numa altura

em que, quer o facebook, quer o youtube, quer as outras plataformas sociais ganharam uma proeminência e ganharam uma capacidade de dominar o mercado da opinião pública e nomeadamente o mercado da informação de uma maneira espectacular. A questão fundamental é saber como funcionar na economia digital de hoje e também saber como remunerar os autores e os criadores de obras de arte. Ou seja, temos aqui um grande problema, que é o problema de como proteger os direitos de autor, o copyright, numa altura em que as plataformas digitais são de facto quem dita as leis e são de facto as plataformas que são utilizadas pelo cidadão comum para o acesso à informação, para a troca de informações e nomeadamente também para a visualização e para a leitura de determinados trabalhos e determinadas obras de arte.

Ou seja, a internet no futuro não será mais aquilo conhecemos hoje.

Vamos certamente assistir a uma série de alterações, embora eu recomende que deva haver muito cuidado. Há aqui a necessidade de encontrar um equilíbrio entre, por um lado, o direito de autor que é um direito absoluto e legítimo, um direito indiscutível, as pessoas devem viver das suas criações, devem ter a possibilidade de ser remuneradas com base nas suas criações, seja ele a produção de uma fotografia, seja a produção de um livro, de um poema, de uma canção. Mas por outro lado, é preciso ter em conta que nós estamos a falar de plataformas que são plataformas globais, que recebem a cada minuto milhões de informações e que provavelmente vão ter imensas dificuldades em fazer o controlo dessas informações, a não ser através de sistemas cegos e automáticos, que provavelmente irão eliminar muita informação útil e certamente ser vistas como um atentado à liberdade de expressão.

٧.

Uma matéria complexa de tratar, segundo Victor Ângelo.

E antes de terminar, tempo ainda para uma nota cultural: A obra completa de António Lobo Antunes vai ser publicada na Pléiade, uma prestigiada colecção francesa que pertence à editora Gallimard, e que integra apenas três autores vivos - Mário Vargas Llosa, Milan Kundera e Philippe Jaccottet. Também apenas um português, Fernando Pessoa.

A Pléiade foi fundada em 1931. "A entrada é o que de melhor há em termos de literatura internacional, em termos de prestígio internacional, ao Nobel se equipara", reagiu a editora portuguesa de António Lobo Antunes Maria da Piedade.

Nós ficamos por aqui, voltamos para a semana!

[ficha técnica]

Com edição e apresentação de Catarina Domingues, análise de Victor Ângelo e coordenação de Hélder Beja, Magazine Europa resulta de uma colaboração entre a Rádio Macau e a Universidade de Macau no âmbito do projecto Jean Monnet Magazine Europa.

As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as posições oficiais das diversas instituições da União Europeia.

O projecto Jean Monnet Magazine Europa é uma parceria entre a Universidade de Macau e o Instituto de Estudos Europeus de Macau, co-financiada pela União Europeia no quadro do Programa Erasmus +.

Estamos no Facebook em Magazine Europa.